

Editorial

“Não existe nenhuma escola sem partido”, afirma a socióloga Maria Victória de Mesquita Benevides, que por mais de vinte anos orientou teses de mestrado e doutorado na cátedra de Educação em Direitos Humanos da Faculdade de Educação da USP. Para ela, o mal denominado movimento “escola sem partido” é uma contradição em seus próprios termos porque “a escola é um lugar que, necessariamente, deve ir além da instrução”, incluindo a formação para a cidadania democrática”. Ou seja, “uma escola em que professores assumem a responsabilidade de não apenas ensinar a matéria, mas ensinar a pensar, a fazer escolhas, a julgar. Tudo isso significa um lado que você escolhe. E uma escola sem partido não existe porque algum lado eles vão escolher”, sintetiza a professora, para quem as cotas raciais e alguns avanços na área dos direitos humanos incendiaram as mentalidades reacionárias no país. “Todo movimento de reivindicação tem um movimento contrário, daqueles que querem manter uma sociedade de quem nasceu para mandar e quem nasceu para obedecer”, explica a professora aposentada, analisando alguns fatos ocorridos durante a última eleição.

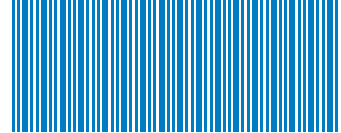
É uma entrevista contundente, realizada em dezembro de 2018, no dia seguinte à indicação do novo Ministro da Educação, na qual ela assume o medo diante do crescimento da maré conservadora, especialmente em relação àqueles que já perderam tudo (o “precariado”) em um país com a quarta pior divisão de renda do mundo, mas reafirma a necessidade de permanecer ao lado dos que pensam a escola como um ambiente de formação para a cidadania e os direitos humanos: “A gente tem que sentir medo junto. O medo e a resistência juntos”. E alerta: não devemos ter tolerância em relação aos intolerantes: “A tolerância não significa que pode tudo. A tolerância está ligada à solidariedade e aos princípios da nossa própria Constituição”, defende.

Esta nova edição de *Veras* também oferece um itinerário por temas educacionais tão saboroso e instigante quanto a



entrevista que a inicia. Vejamos: em *A aquisição da escrita alfabética: um olhar mais criterioso para o processo cognitivo*, Michelle Dallacqua da Silva após repassar os debates que se seguiram ao início da implementação do construtivismo nas escolas brasileiras, especialmente as críticas vindas dos defensores do método fônico de alfabetização, a autora aplica a um estudo de caso envolvendo três crianças os conceitos e fases pelas quais todos aprendizes passam necessariamente em seu processo de domínio da escrita, segundo a teoria construtivista. Ao observar a interação entre crianças e suas professoras, o artigo permite constatar a dificuldade, por parte dos docentes e coordenadores que participaram da pesquisa, em relação a alguns aspectos relevantes da abordagem sócio-construtivista, como, por exemplo, as sondagens com escritas silábicas desestabilizadas, que podem ser tratadas como retrocessos quando não se tem a visão geral do processo de aprendizagem. Uma questão evidentemente relacionada às falhas na formação docente.

O tema da formação do profissional de educação e sua relação com a recém-aprovada Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também é central na discussão promovida por Itale Cericato e Lauri Cericato no artigo *A formação de professores e as novas competências gerais propostas pela BNCC*. Após algumas caracterizações do que se entende por formação e papel do professor no processo de ensino e aprendizagem, e levando em conta os estudos conduzidos pela pesquisadora Bernardete Gatti na década passada que se revelaram uma crise nos modelos de formação docente vigentes no país, o artigo se debruça sobre o conceito de competências para buscar um diálogo possível entre a BNCC e o percurso formativo percorrido pela grande maioria dos futuros professores e professoras da educação básica. Para os autores, “se a BNCC anuncia o desejo por uma sociedade em que cada pessoa seja capaz, no contexto da escola ou da vida, de enfrentar problemas pessoais ou coletivos de forma assertiva e benéfica, é preciso empreender processos formativos que reconheçam que apenas os conteúdos escolares parecem não mais bastar para a formação das novas gerações. Esse é o desafio posto para a escola nos novos tempos”. A resposta, para ela, estaria em uma formação interdisciplinar fortemente ancorada em recursos artísticos e culturais que permitam uma formação docente “ativa, aberta, plural e conectada com os desafios contemporâneos”.



Um dos principais desafios para todo professor iniciante na carreira é o de estabelecer a disciplina em sala de aula e um ambiente saudável e pautado pelo bom convívio entre as crianças, e destas em relação à comunidade escolar. Tal tema é abordado por Luciane Weber Baia Hees, Raquel Pierini Lopes dos Santos, Daniele de Castro Rachel e Simone Roganti da Silva no artigo *Disciplina e capacidade de convivência em sala de aula*. Partindo de um estudo de caso com duas professoras entrevistadas, e amparado nos estudos de Sennett (2004), quando este fala de respeito como sendo “levar a sério a necessidade percebida em outros”, o artigo reforça o papel de mediação do professor em sala de aula, seja do conhecimento em si, seja dos conflitos que inevitavelmente surgirão, já que são inerentes ao convívio humano, destacando que “compete aos professores terem o desejo de tornar seus alunos sujeitos morais”-.

Já *Experiências criadoras na(s) infância(s)*, de Maria Inês de C. Delorme, propõe uma discussão muito interessante, e atualíssima, sobre a relação das crianças com as cidades, especialmente em espaços públicos tradicionalmente reconhecidos como “de brincar”, e a influência (ou, talvez, fosse mais adequado dizer incidência) de diversas noções de cuidado e proteção dos adultos sobre a natureza indomável dos seus corpos, proteção esta que, com frequência, priva as crianças de experiências essenciais e formadoras que devem ocorrer durante a infância. Tendo como princípio norteador a compreensão da criança como um sujeito de direitos, como pressuposto básico o de que o registro das ações não poderia ser contaminado por qualquer tipo de julgamento, e contando com aportes teóricos vindos de Walter Benjamin, Vygotsky e Winnicott, a ação do Papo de Pracinha, iniciada no âmbito de uma disciplina acadêmica chamada “Crianças e Natureza nas Cidades”, terminou por propiciar a formação de um grupo de estudos com o mesmo nome e propósito. Um bom exemplo de ação reflexiva que suscita um aprofundamento posterior, diante do que foi observado e discutido entre os membros do grupo, cujos primeiros resultados podem ser conferidos no presente artigo.

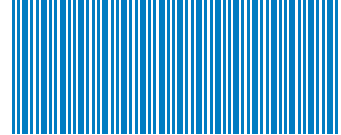
A relação das crianças pequenas com o objeto-livro é o tema do artigo *Por uma narrativa dos gestos*, de Nazareth Salutto, que buscando dessacralizar esses instrumentos essenciais



da cultura em nome de uma apropriação “al dente”, ou seja, a manipulação que deixa marcas tanto no leitor quanto no suporte de leitura, confere ao livro o status de *objeto transicional*, segundo o conceito clássico de Winnicott.

Não se assustem, caros leitores, com o início insólito, provocante e inusual do artigo de Núbia de Oliveira Santos e Rita Marisa Ribes Pereira que publicamos nesta edição. Em *Quando o calendário se transforma em relógio*, o efeito hipnótico e repetitivo da enumeração de datas comemorativas típicas do calendário escolar gera o necessário estranhamento para o que se seguirá: um questionamento abrangente sobre o uso do tempo no ambiente escolar, que tem início com a retomada de diversas definições de tempo (cita, por exemplo, as nove formas distintas de percepção do decorrer do tempo definidas pelo antropólogo Edward Hall), além de trabalhar com as três definições de tempo que nos legaram os antigos gregos: *cronos*, *kayros* e *aión*, para, por fim, analisar o uso das datas comemorativas no calendário escolar. A autora não advoga a supressão desse calendário, mas questiona em que medida “esse calendário de datas comemorativas inscreve as crianças no círculo da cultura da humanidade e de seus pares, e em que medida se esteriliza quando transformado em “conteúdo escolar”. Mais um convite à prática docente reflexiva, que questiona e mobiliza competências críticas nos mestres na medida em que ensina os próprios alunos a questionarem e desenvolverem em si mesmos essas competências críticas.

Por fim, encerra esta edição um instigante ensaio de Fernando José de Almeida, *Conhecimento escolar, esse desconhecido*. Buscando apoio nas reflexões de Baumann, Paulo Freire e Lucia Santaella, entre outros, o autor analisa as dificuldades que os formuladores de currículos escolares enfrentam diante de uma realidade “hipercomplexa e em contínua alteração”. Como criar nas escolas ambientes e situações de aprendizagem que possam dar conta, ainda que parcialmente, das demandas exigidas da escola relacionadas à aquisição do conhecimento, sem negligenciar a transmissão de valores e práticas sociais compartilhadas por uma determinada sociedade, em um tempo específico? E como os educadores poderão se contrapor a todos aqueles que encontram na escola um “espaço notável de divulgar seus valores e suas intenções, de venda, de proselitismo ou de novidades falsamente modernizadoras”.



Contra esse risco, o autor defende centrar a aprendizagem educacional escolar “no que é de fato seu fim”, mesmo reconhecendo que esta é uma tarefa difícil. Difícil, mas necessária. Poeticamente, o autor recorre ao escritor José Saramago, no início e no fim do ensaio, para sugerir que é preciso buscar outros pontos de vista, “sair da ilha para ver a ilha”.

Ao fim de todos os artigos e da entrevista desta edição de *Veras*, o que resulta é a visão da escola como o lugar, por excelência, de formação da juventude – e dessa formação fazem parte a cidadania, a ética e a defesa intransigente dos direitos humanos, além, é claro, dos conteúdos necessários para a formação, técnica ou propedêutica, dos egressos do ciclo da educação básica.

Boa leitura!

Regina Scarpa, diretora pedagógica do Instituto Vera Cruz

Ricardo Prado e Lisandra Ogg Gomes, editores da revista *Veras*

